

CONSELHOS PARA AS MOÇAS – a educação feminina nos periódicos do século XIX

Elizabeth Sousa Abrantes¹

A imprensa foi um canal importante nos debates sobre a educação feminina no século XIX, especialmente os periódicos e obras literárias destinadas ao público feminino. Os discursos, muitos deles em forma de conselhos, faziam referência à chamada “natureza feminina”, enfatizando que a vocação da mulher estava em amar e ser amada, mas para isso era necessário o adorno da inteligência.

Para ser amada era preciso ser bela e este era o trabalho tanto da natureza como do homem. Da natureza que dá-lhe o sorriso, a graça, o encanto. Do homem que dá-lhe o pensamento (...) Com o auxílio do homem e da natureza a mulher educada e instruída estará apta para o casamento e garantida a harmonia do lar².

A imprensa, como o meio de comunicação de maior alcance e capaz de usar uma linguagem específica para o público que pretendia atingir, exerceu um importante papel na difusão de imagens e idéias sobre a mulher, sua missão e papéis sociais. No caso da “imprensa feminina”,³ revestia-se de uma áurea missionária, de caráter educativo, que estaria além do mero entretenimento e do interesse financeiro, como pode ser percebido nos apelos às assinantes para que se sentissem responsáveis pela manutenção dos periódicos, especialmente as revistas femininas surgidas no final do século XIX.

Os periódicos procuravam corresponder à demanda do público leitor, considerando seu modo de agir e pensar, ao mesmo tempo em que pretendiam discipliná-lo e enquadrá-lo nas relações de poder existentes, funcionando como um ponto de referência, oferecendo receitas de vida, impingindo regras de comportamento, dizendo o que os leitores deveriam e, principalmente, o que não deveriam fazer (BASSANEZI, 1996, p. 17).

No Brasil, os primeiros periódicos escritos e dirigidos por mulheres apresentaram a bandeira da educação escolar como o carro-chefe das reivindicações pela emancipação feminina. Esses jornais escritos por mulheres das camadas médias dos

¹ Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em História Social, pela Universidade Federal Fluminense.

² Jornal O Recreio das Moças. A Mulher. 19.11.1876, n. 11, p. 1.

³ Serão considerados tanto os jornais redigidos e dirigidos por mulheres como aqueles voltados para esse público, mesmo com direção masculina.

centros urbanos, na sua maioria do centro-sul do país, indicavam a existência de novas demandas femininas que acompanhavam as transformações socioeconômicas e de um público receptor para essas novas idéias e para o consumo dos produtos e serviços oferecidos como característicos do público feminino, a exemplo de moda e literatura.⁴

A segunda metade do século XIX foi marcada pelos avanços do capitalismo na sociedade escravista brasileira em vias de desagregação, com a melhoria dos meios de transporte e comunicação, a maior circulação de mercadorias, especialmente os produtos de luxo para o público das camadas sociais privilegiadas, criação de novos espaços de sociabilidades característicos dos ambientes urbanos, como teatros, cafés, praças, trazendo novas exigências de etiqueta e comportamento social.

Nos meios progressistas, especialmente através da imprensa, defendia-se a idéia de educar as mulheres para que melhor desenvolvessem seus papéis de esposa e mãe, ao mesmo tempo em que se condenava a atitude dos pais que não permitiam que suas filhas aprendessem a ler e escrever. A maior demanda pela escolarização feminina abriu espaço para o estabelecimento de instituições particulares de ensino com esse fim.

Muitas escolas particulares para educação feminina em São Luís foram criadas na segunda metade do século XIX, o que significava uma maior suscetibilidade da sociedade maranhense no tocante ao ensino formal das mulheres e a incorporação do ideário burguês de educar a mulher para o melhor exercício de seu papel de mãe. Essa mudança se insere num contexto em que a sociedade passava por um processo de incremento da vida urbana, com novas alternativas de convivência social, e onde especialmente para as mulheres das camadas sociais elevadas, houve uma ampliação de sua funcionalidade.

Nos novos espaços públicos de convivência social das elites, as jovens deviam apresentar novas “prendas” relacionadas às etiquetas sociais, com maneiras recatadas e elegantes de se apresentar em público, exibindo conhecimentos das artes, falando uma língua estrangeira, de preferência o francês. Esses conhecimentos seriam obtidos nos

⁴ Os poucos jornais da primeira metade do século XIX que se dedicavam a temas considerados femininos, como literatura e moda, eram escritos e dirigidos por homens. A partir de meados desse século, surgiram vários jornais escritos e de propriedade de senhoras, que em sua maioria mantinham essa característica de jornais de moda, a exemplo do *Jornal das senhoras* (1852-1855), *Recreio do Bello Sexo* (1856), *O Espelho* (1859-1860). Para uma lista mais completa desses jornais, ver BUITONI (1981). No Maranhão havia: *Jardim das Maranhenses* (1861-1862), *O Ramalhete* (1863-1864), *Crisálida*, de Caxias, com redação e direção de mulheres (1884), além de jornais religiosos geralmente direcionados ao público feminino.

colégios femininos⁵, que procuravam adequar seus programas para atender esse tipo de “educação de salão”.

O escritor Aluísio Azevedo, em suas crônicas para a imprensa local maranhense e no romance *O Mulato*, criticou o costume da sociedade de manter as mulheres reclusas nos sobrados, sem uma educação física, moral e intelectual capaz de prepará-las para a grande missão de educadoras das novas gerações, de acordo com os princípios positivistas em voga. Numa crônica destinada às irmãs do Coração de Jesus, do Convento Santo Antônio, publicada no jornal *O Pensador*, de 1880, criticou o que considerou de fanatismo religioso das mulheres maranhenses e defendeu o papel da mãe educadora com a tese de que a criança é obra de quem a educou.⁶

Os vários jornais dedicados ao público feminino, especialmente a partir da década de 1870, de propriedade e redação tanto de mulheres como de homens passaram a enfatizar mais a questão dos costumes, fazer críticas e aconselhar sobre o casamento e à educação das moças. Diante da maior liberdade dos filhos e filhas para escolha do casamento, os discursos se voltavam para a questão da educação, como o meio capaz de garantir a felicidade conjugal. A preocupação maior era com as mulheres das camadas médias e altas, pois estas, uma vez casadas, deveriam assumir as responsabilidades de um lar e dos cuidados com os filhos.

Em São Luís, durante o século XIX, não houve o aparecimento de um jornal dirigido e escrito por mulheres, embora muitos periódicos fossem destinados a esse público e contassem com participações femininas ou transcrevessem artigos de mulheres de outras regiões do país ou do exterior. Entre as participações femininas mais freqüentes, destaca-se a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis⁷ e a portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho⁸. Somente na cidade de Caxias, a segunda mais desenvolvida da província, houve uma experiência efêmera com o jornal *Chrisálida*

⁵ Outros colégios femininos em São Luís na segunda metade do XIX eram: Nossa Senhora da Soledade, Sant’Ana, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Isabel, Sagrada Família, São Sebastião, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Santa Luzia e Nossa Senhora da Conceição. (Almanaques de 1869, 1873 e 1880). ,

⁶ Cf. Jornal *O Pensador*. Uma carta às excelentíssimas irmãs do Coração de Jesus. 10.12.1880.

⁷ Maria Firmina dos Reis (1825-1917) era natural de São Luís-MA. Em 1859 publicou o romance *Úrsula*, em que trata de uma trágica história de amor e apresenta idéias abolicionistas. Colaborou em diversos jornais maranhenses, publicando poesias, contos e romances.

⁸ A escritora e poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) nasceu em Lisboa-Portugal. Colaborou intensamente na atividade literária, em especial na defesa da educação feminina. Vários de seus artigos foram transcritos pela imprensa maranhense, em especial os jornais *Diário do Maranhão* e *O País*.

(1885-1886), que, a exemplo dos demais periódicos congêneres, tinha a educação como bandeira de luta pelos direitos das mulheres.

Na imprensa maranhense, o que muitos consideravam uma boa e sólida educação para a mulher, era aquela que permitia adquirir todos os “acessórios” que uma posição social exigia, sem nunca deixar de ensinar os deveres domésticos. O discurso de preocupação com a economia doméstica e com o recato e simplicidade das mulheres era direcionado especialmente para as jovens de classe média, para que tivessem uma educação que as habilitasse a serem boas esposas, econômicas, ajudando seus maridos através do controle das despesas domésticas, não se deixando deslumbrar por um consumismo e um luxo que seus maridos não podiam proporcionar.

Um desses conselhos sobre a educação das moças, publicado no jornal *A Pacotilha*, de 1881, dizia que a mulher devia ser ensinada a cozinhar e fazer bom pão, fazer camisas, não usar cabelos postiços, não se “espartilhar” em demasia, não se pintar nem fazer uso de pó de arroz, trazer calçado largo e de sola grossa, lavar e engomar, usar os próprios vestidos, calcular que uma libra são dez mil réis, pontear meias e pregar botões, usar vestidos de casa e não se envergonhar disso. A mulher devia preferir nos maridos a reputação em vez do dinheiro, saber que um rapaz trabalhador e bem procedido valia mais do que uma dúzia de valiosos vestidos de ponto em branco. E, principalmente, compreender que quanto mais se subordinavam as despesas ao mês de que se dispõe, tanto mais se poupava, pois quanto mais uma pessoa se afastava da economia, mais se aproximava da pobreza.⁹

A “educação de salão”, com suas noções de música, canto e dança, até então considerada essencial para o aprendizado das prendas sociais por parte das moças de elite, foi fortemente criticada no final do século por representar conhecimentos superficiais que “não completavam a educação da mulher e, por isso, não traziam a felicidade de uma família”. Os críticos diziam que a educação da mulher estava “sobre todo e qualquer dote e sobre essas noções superficiais da música, etc.”¹⁰

O periódico carioca *O Cherubim*, de 1885, fazia a crítica à “educação de salão”, vista como “falsa, incompleta, esboçada apenas e mal dirigida”, que tornava as moças pouco atraentes para assumirem o papel de esposas e mães, fazendo com que entrassem para a vida conjugal com “uma ausência completa de razão e do senso moral, com as

⁹ Cf. Jornal *A Pacotilha* - MA. O que deve ser a educação da mulher. 09.12.1881.

¹⁰ Cf. Jornal *O Cherubim*. A Educação da Mulher, de 15.11.1885, n. 10, p. 1. Periódico semanal, conservador, dedicado ao belo sexo, e que se declarava contrário à emancipação feminina.

idéias falsas e os princípios absurdos bebidos na leitura de certos romances, cabendo aos maridos a tarefa de complementar sua educação para a vida”. O jornal defendia que a verdadeira independência da mulher consistia em ela saber conservar certas posições sociais, cumprir sua missão no seio da família, quer como esposa, mãe, filha e irmã, com uma educação esmerada e instrução firmada nos “princípios da sã moral”.¹¹

Portanto, uma educação que mesmo ultrapassando as noções superficiais de conhecimentos artísticos, literários e de etiqueta, não trazia conhecimentos capazes de emancipar a mulher, ou seja, não lhes dava poder.¹²

Os discursos em defesa de reformas na educação feminina eram voltados principalmente para as mulheres dos segmentos médios, aconselhando-as a não considerarem o trabalho como castigo e sim como algo que nobilitava e engrandecia a mulher. O casamento não seria aos olhos do homem um “*espectro*”, mas sim um meio salutar e econômico de se unir à mulher que amava, e assim viverem unidos, preenchendo os “fins físicos e morais impostos pela natureza e pela sociedade”.¹³

A educação doméstica era vista como a base principal no preparo da esposa ideal, sua instrução formal seria um complemento que aperfeiçoaria as atribuições da dona-de-casa. Estabelecia-se, assim, uma relação direta entre reformas na educação feminina e casamento, para evitar, segundo os críticos, os casamentos precipitados que ordinariamente aconteciam na sociedade, quando um rapaz, num passeio ou num baile, via uma moça que, pela sua beleza, porte elegante ou pelo rosto simpático, provocava-lhe admiração. Sentindo-se dominado pela paixão, confessava seu amor, ficavam noivos e só depois de casado descobria sobre a educação e instrução da moça, que não sabia sequer quanto custava um ‘litro’ de feijão, como se engomava uma camisa e como se faziam as contas das despesas domésticas.¹⁴

Essa crítica com tom de ironia deixa transparecer um aspecto da sociabilidade nos segmentos sociais médios e altos que aponta para uma maior possibilidade de aproximação entre moças e rapazes, apesar da vigilância das famílias, o que favorecia a escolha pessoal do futuro cônjuge. Expressava também a preocupação com esses casamentos resultantes do amor romântico, cujo perigo parecia estar na ilusão de um

¹¹ Cf. Jornal O Cherubim. Casamentos de Hoje, de 15.11.1885, n. 10, p. 2.

¹² Sobre essa questão do saber-poder ver: PINTO, Celi Regina. Mulher e Educação na Sociedade Riograndense da República Velha. UFRS: INEP, 1987.

¹³ Cf. O Cherubim. Os Casamentos. 24.01.1886, n. 20, p. 2

¹⁴ Cf. O Cherubim. Os Casamentos. 24.01.1886, n. 20, p. 2

atrativo que considerava principalmente os dotes físicos e do coração, em vez da educação e das conveniências sociais.

Especialmente nas famílias abastadas, a imagem da mulher, tradicionalmente, foi associada a uma educação moral, em que o atrativo estava na delicadeza dos seus gestos, na pureza do seu corpo e alma, na bondade natural e na ignorância dos vícios e dos prazeres mundanos, devendo, uma vez casada, ser orientada pelo marido, o detentor do conhecimento da política, dos negócios e da vida de uma maneira geral.

Com a mulher educada nesses princípios da moral religiosa e dos afazeres domésticos, não recebendo instrução mais elevada, sendo cedo retirada da escola, pois os pais consideravam que não ficava bem uma moça sair sozinha á rua, eram poucas as privilegiadas da fortuna que podiam contar com uma preceptora para melhorar um pouco mais seus estudos, mesmo sem sair de casa.

O objetivo da reforma na educação feminina era preparar a mulher para o casamento, com uma instrução capaz de torná-la a mãe educadora segundo as novas exigências da sociedade que se modernizava, sem que isso propiciasse uma possível emancipação feminina. O discurso de que as mulheres sabichonas não encontravam noivos e que o casamento era o grande ideal feminino, contribuía para frear certos impulsos por uma educação emancipadora. A mulher intelectual, ou mesmo aquela que simplesmente se interessava muito pelos estudos, era vista como anormal, esquisita, cujo futuro era se tornar uma solteirona. A intenção era convencê-las de que, na prática, os homens preferiam as belas e superficialmente instruídas, com a chamada educação de salão que os fazia se sentirem superiores.

Mesmo sem desejarem “*la femme savante*”, as exigências masculinas no tocante a essa educação feminina, dita de salão, foram se modificando. Os risinhos e conversas tolas sobre banalidades como vestidos, penteados, bailes já não eram vistos como suficientes para manter acesa a chama do casamento, tornando os maridos entediados com uma esposa que não estava á altura de sua inteligência.

A falta de mulheres razoavelmente instruídas, aptas para o casamento, já entristecia jovens intelectuais como José Cândido de Moraes e Silva no início do século XIX. O redator do periódico maranhense *O Farol Maranhense*¹⁵ criticou a educação das

¹⁵ José Cândido de Moraes e Silva (1807-1832), também conhecido como O Farol, foi jornalista, professor e um dos líderes da Setembrada, revolta urbana ocorrida em São Luis em 1831 no contexto da abdicação de D. Pedro I, visando destituir os portugueses dos cargos públicos e do poder que ainda exerciam na província após a Independência. Morreu aos 25 anos, em decorrência do desgaste físico provocado pela perseguição que sofreu das autoridades que sufocaram o levante. Fez esses comentários

mulheres maranhenses das camadas médias e altas era por considerá-las de péssima conversação, pois faltava-lhes uma instrução escolar que lhes dessem os conhecimentos mínimos exigidos para uma conversa mais interessante. Considerou essa falha na instrução das moças como um resquício da mentalidade colonial que ainda orientava muitos pais de famílias, os quais consideravam um absurdo mandar ensinar suas filhas a ler e escrever com medo que elas fizessem correspondências amorosas e assim pudessem se comunicar mais facilmente com seus pretendentes.

As lições que essas moças recebiam sobre dança, o modo de bem fazer um cumprimento ao entrar numa sala, uso de expressões em inglês e principalmente em francês, mostrava que essas jovens da elite maranhense eram bem prendadas e tinham um certo desembaraço, o que à primeira vista podia causar admiração em alguns visitantes.

Sim a conversação das maranhenses é desgostosa, porque elas não podem tratar daquilo de que nunca ouviram falar... Mas tratamos de desculpar as nossas patricias nesta parte. Se elas na conversação nada dizem que não seja relativo ou aos negócios de família ou às suas modas, é porque a educação que receberam de seus pais as privam de poderem entrar em maiores detalhes; eis aqui está a sociedade, circunscrita, ou a falar da existência alheia ou a promover conversinhas amorosas¹⁶.

A crítica de José Cândido recaía tanto sobre a educação doméstica tradicional quanto à instrução superficial que essas mulheres adquiriam na escola, que não as habilitava para se tornarem educadoras dos filhos e a companheira ideal de um marido instruído. Considerava que nada havia mais infeliz para um marido do que encarar com a companheira dos seus dias como uma ignorante, sem poder comunicar-lhe os pensamentos e só a ver reservada aos cuidados no arranjo da casa e socorrendo o marido e os filhos nas enfermidades. O homem que recebia uma boa educação dava o maior valor à conversação e jamais podia lembrar, sem tristeza, da ignorância de sua mulher que lhe dificultava este prazer. O resultado desse casamento era que, mesmo sendo a esposa uma mulher formosa, causava um dissabor a seu marido.

Os discursos pela reforma da educação acusavam as mulheres da elite de terem esquecido os deveres da “missão sublime da mulher”, de se manterem por muito tempo nas ruas, longe do lar, esquecidas de seus deveres, indiferentes a suas obrigações de mãe e esposa. O jornal *O Cherubim*, de 1887, dizia que a mulher queria fazer-se conhecida,

sobre “a educação do belo sexo” em alguns artigos publicados no jornal *O Farol* quando tinha 21 anos e ainda era solteiro

¹⁶ Cf. *Farol Maranhense*, nº 35, 30.05.1828.

notável e brilhar, não para a família, mas para a sociedade, era vaidosa, sedenta de glórias, não podia mais compreender a vida nos limites de uma casa, mas no espaço da cidade. O canto, o piano, as festas constituíam o objeto de todas as suas aspirações. A economia, a direção da casa, a costura, a arte culinária, o zelo pelos filhos, tornavam-se incômodos e indignos para ela. Era acusada de deixar a casa e os filhos aos cuidados dos criados para dar mãos aos passa-tempos e a coqueteria.¹⁷

A educação era vista como o remédio para esses males que atingiam o comportamento da mulher, fazendo-a vaidosa e soberba. Os defensores da educação feminina como meio de melhor desempenho dos papéis de esposa e mãe também reconheciam a necessidade de uma educação que ilustrasse a inteligência da mulher, em vez de apenas noções de música, canto, dança. A mulher devia ser preparada mediante uma instrução sólida, uma educação prática e pelos freqüentes exemplos de virtudes, para o governo da casa e contrariedades da vida que sobreviessem no decorrer da existência. Devia educar-se para educar o homem, pois dela dependia a formação do homem varonil, honesto e probo, cumpridor dos seus deveres, quer em público, quer em particular.¹⁸

No final do século XIX, os jornais escritos por mulheres procuravam fazer um contraponto a esses posicionamentos mais conservadores da imprensa. O jornal “*O Sexo Feminino*”, lançado em 1873, pela senhora Francisca Senhorinha da Mota Diniz, foi um desses semanários engajados, dedicados aos interesses da mulher¹⁹.

O ponto-chave da argumentação da redatora era a necessidade de melhorar a educação das mulheres, em benefício delas próprias e da sociedade, pois somente com educação e instrução as mulheres poderiam se preparar para os embates da vida, em especial no casamento. Ao longo de sua experiência jornalística, dona Senhorinha foi consolidando suas idéias sobre a emancipação feminina, a ponto de defender a igualdade jurídica e civil e o voto feminino através do seu jornal “*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*”, já em consonância com o espírito republicano.

No final do século a bandeira de luta de dona Senhorinha ainda era principalmente pela educação, pois acreditava que o século XIX, o século das luzes, não se findaria sem que os homens se convencessem de que mais da metade dos males que

¹⁷ Cf. O Cherubim. A Mulher Ontem e Hoje. 20.03.1887, n. 28, p. 1.

¹⁸ Cf. O Cherubim. A Educação da Mulher. 02.10.1887, n. 56, p. 1

¹⁹ Inicialmente era feito na cidade da Campanha, em Minas Gerais, até ser transferido para o Rio de Janeiro. A redatora também redigiu O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889-1890).

os oprimiam era devido ao descuido com a educação das mulheres e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passava de um “traste de casa”.

Em consonância com os valores de sua época, defendia o aprendizado de conteúdos que preparavam as mulheres para os deveres domésticos, porém, com conhecimentos científicos, a exemplo da economia e medicina doméstica e da puericultura. Defendia que para haver uma mudança concreta na condição feminina, em vez dos pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, que mandassem ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional, literatura, filosofia, história, geografia, física, química, história natural, e para coroar esses estudos, economia e medicina doméstica, a puericultura, a instrução moral e religiosa²⁰.

A lógica argumentativa era que a educação resolveria outro problema importante, principalmente para as mulheres da classe média, o da sobrevivência através de um trabalho digno. A riqueza intelectual produziria o dinheiro e com este a satisfação das necessidades materiais. Considerava que a mulher, mesmo não podendo, sem constrangimento e vontade, ocupar os ofícios que dependiam de força física, empregos que eram próprios do homem, com uma instrução mais elevada seria capaz de ganhar o pão e tudo o que era mister na vida, e só com os meios da inteligência poderia viver comodamente.

Partindo do pressuposto da expansão da instrução para possibilitar uma sobrevivência digna para as mulheres que precisassem trabalhar, defendia a necessidade de abertura dos estabelecimentos de ensino superior a fim de que as mulheres encontrassem neles os meios de se instruir. Com instrução conveniente a mulher poderia com toda a “dignidade e propriedade de seu sexo”, ocupar o emprego de médico, de químico, naturalista, físico, farmacêutico, pintor, telegrafista, taquígrafista, botânico, agente de correios, negociante de rendas, sedas, fitas e muitos outros, próprios do lar doméstico, além do cargo de professoras do ensino primário, ensinando tanto meninas como meninos²¹.

O discurso de dona Senhorinha tinha como alvo principalmente as mulheres das camadas médias urbanas, como ela mesma era um exemplo, ou seja, moças sem fortunas que deviam encontrar seu sustento no trabalho, exercendo profissões

²⁰ Cf. O Sexo Feminino. A Educação da Mulher. 07.09.1873, n. 1, p. 1.

²¹ Com exceção do ofício de professora, a redatora colocou as profissões no masculino, o que demonstra o quanto era nova ainda, no Brasil, essa idéia das mulheres ocuparem as profissões masculinas, especialmente aquelas ligadas aos cursos superiores, as profissões liberais.

consideradas dignas para a honra feminina e fruto mais da inteligência do que da força física. Essas moças, uma vez casadas não seriam um peso para os maridos, ao mesmo tempo em que, bem instruídas, seriam melhores companheiras, a altura da inteligência destes. Caso não casassem teriam meios próprios para sobreviver sem precisar da caridade alheia.

O objetivo do periódico *O Sexo Feminino* era a educação e a instrução da mulher, entendida a primeira como a formação moral, para corrigir os vícios, reformar os hábitos, polir os costumes, ou seja, era a cultura do coração, enquanto a instrução era a cultura do espírito, cultivo da inteligência. Por isso, considerava que a educação perfeita era aquela que unia instrução e polidez.²²

Por isso, o conselho que dava às moças solteiras era para não se deixarem seduzir pelo orgulho e vaidade, serem independentes do homem por meio de uma educação apurada, cultivar, sobretudo, a inteligência com a maior soma de instruções, amar o trabalho e quando se casassem não temeriam um futuro triste como daquelas mulheres enganadas pelos maridos e jogadas na miséria.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira república.** São Luís: Editora UEMA, 2012.

_____. (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX).** São Luís: Editora UEMA, 2010.

BASSANEZI, Carla. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira.** São Paulo: Edições Loyola, 1981.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

PINTO, Celi Regina. **Mulher e Educação na Sociedade Riograndense da República Velha.** UFRS: INEP, 1987.

²² Cf. *O Sexo Feminino*. Emancipação da Mulher. 14.09.1873, n. 2, p. 2.